

A CIÊNCIA EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: 40 ANOS DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO, ESCOLARIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL NA OIKOS

SCIENCE BACKING THE RIGHT TO EDUCATION: 40 YEARS OF RESEARCH ON EDUCATION, LITERACY AND CHILDHOOD EDUCATION IN OIKOS

LA CIENCIA EN DEFENSA DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN: 40 AÑOS DE INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN, ENSEÑANZA Y EDUCACIÓN INFANTIL EN OIKOS

Naise Valéria Guimarães Neves¹
Núbia Aparecida Shaper Santos²

Resumo

Este artigo é uma pesquisa bibliográfica realizada na base de dados da Revista Oikos objetivando identificar, categorizar e apresentar os artigos publicados nesta revista, ao longo de 40 anos, sobre os temas educação, escolaridade e educação infantil. Para identificar estes artigos, buscamos no site da revista os resumos publicados no período de 1981 a 2021. Nossas questões de investigação foram: quais artigos evidenciam pesquisas sobre educação, escolaridade e educação infantil na perspectiva de uma educação formal? Como as investigações contidas nestes artigos trataram essas temáticas considerando os marcos legais que regularam a educação neste período? A LDBEN/96 foi um dos grandes marcos para a educação brasileira proporcionando o fortalecimento da luta pela conquista e reconhecimento de direitos de cidadania. Organizamos sessões que discutirão sobre a relação das temáticas tratadas com os marcos legais discutindo sobre a educação formal e temas que tangenciam as ações educativas na escola.

Palavras-chave: Educação; Escolaridade; Educação Infantil; LDBEN/96.

Abstract

This article is a bibliographic research of the OIKOS journal database, aiming to identify, categorize and present articles published on the journal around the themes of Education, Literacy and Childhood Education. To identify said pieces, we searched the periodical's website for summaries published between 1981 and 2021. Our leading investigative questions were: which articles centre research on Education, Literacy and Childhood Education from the perspective of formal education? How does the research within those articles deal with said themes considering the legal framework which regulated education at the time? The LDB/96 was one of the biggest legal milestones for the Brazilian education system, giving power to the struggle to secure rights and full citizenship, and have those recognized. We organized this article in sessions which will elaborate on the relationship between the selected themes and the relevant legislation, discussing formal education and other relevant topics which inform educational practice in schools.

Keywords: Education; Literacy; Childhood Education; LDB/96

Resumen

Este artículo es una investigación bibliográfica realizada en la base de datos de la Revista Oikos con el objetivo de identificar, clasificar por categorías y presentar los artículos publicados en esta revista, a lo largo de 40 años, sobre los temas de educación, escolaridad y educación infantil. Para identificar estos artículos, buscamos en el sitio web de la revista los resúmenes publicados entre 1981 y 2021. Nuestras preguntas guías fueron: ¿Qué artículos muestran investigaciones sobre educación, escolaridad y educación infantil desde la perspectiva de la educación formal? ¿Cómo las investigaciones contenidas en estos artículos abordaron estos temas considerando los marcos legales que regularon la educación en este período? El LDB/96 fue uno de los grandes hitos de la educación

¹ Professora do Departamento de Economia Doméstica - DED da Universidade Federal de Viçosa - UFV e doutoranda em Educação na Faculdade de Educação – PPGE/FACED da UFJF. E-mail: naiseneves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6458>

² Doutora em Educação, Professora da Faculdade de Educação - FACED da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: nubiapsiufjf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6684-2305>

brasileña, fortaleciendo la lucha por la conquista y reconocimiento de los derechos ciudadanos. Organizamos sesiones que discutirán la relación de los temas tratados con el marco legal, discutiendo la educación formal y los temas que inciden en las acciones educativas en la escuela.

Palabras clave: Educación; Enseñanza; Educación Infantil; LDB/96

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma busca bibliográfica sobre as publicações na revista Oikos: Família e Sociedade em Debate no período de 1981 a 2021. Esta revista tem como princípio socializar conhecimentos científicos na área das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas compreendendo as temáticas sobre Família e Sociedade.

Compõem artigos publicados nesta revista, aqueles que discutem contribuições epistemológicas sobre “família e sociedade em suas interfaces com políticas sociais, trabalho, consumo, lazer, desenvolvimento humano, dentre outros temas correlatos” (PERIÓDICOS UFV/OIKOS, 2021³). Diante disso, a opção por essa pesquisa bibliográfica, está centrada nas temáticas que integram conhecimentos relativos ao desenvolvimento humano, lazer e temas correlatos a partir de um recorte metodológico que insere as temáticas sobre “educação, escolaridade e educação infantil”.

Considerando que a Oikos está comemorando 40 anos de vida na missão de socializar conhecimentos científicos frutos de pesquisas e reflexões teóricas na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, este artigo tem como princípio fim discutir como esta revista, ao longo desses 40 anos, socializa conhecimentos científicos construídos sobre os temas “educação, escolaridade e educação infantil”.

Diante desta intenção inicial, apresentamos como objetivo desta investigação: Identificar, categorizar e apresentar os artigos publicados na revista Oikos, ao longo dos seus 40 anos de existência, que revelem estudos científicos sobre os temas “educação, escolaridade e educação infantil”.

Para identificar os referidos artigos, foi necessária uma “garimpagem” no site da revista que consistiu em leitura dos resumos de todos os artigos publicados no período de 1981 a 2021 com o propósito de conhecer e selecionar as publicações que discutem temáticas considerando as especificidades sobre as temáticas mencionadas.

O recorte para identificar os artigos dessa pesquisa bibliográfica se deu a partir das seguintes questões: quais artigos evidenciam investigações sobre “educação, escolaridade e educação infantil” na perspectiva de uma educação formal? Como as pesquisas presentes

³ PERIÓDICOS OIKOS. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/>. Acesso em: 07 de novembro 2021.

nestes artigos trataram as temáticas “educação, escolaridade e educação infantil” considerando os marcos legais que regulam a educação neste período? As reflexões sobre essas questões apresentarão como marco regulatório a Lei 9394/96.

Por que da opção por este marco regulatório? A LDBEN⁴/96 foi um dos grandes marcos para a educação brasileira proporcionando o fortalecimento da luta pela conquista e reconhecimento de direitos de cidadania. Corroboram essa afirmativa, os pesquisadores Monteiro, Gonsález e Garcia (2011) ao afirmarem sobre a necessidade e a importância de legislações que regulam o funcionamento da educação:

Sendo a educação um direito, mais do que isso, uma necessidade, é preciso um conjunto de regras para que seja garantida e ofertada de maneira coerente e que atenda as expectativas da nossa sociedade, proporcionando desenvolvimento e crescimento individual e coletivo (MONTEIRO, GONSÁLEZ E GARCIA, 2011, p. 84).

No que tange à educação formal, a Lei 9394/96 (LDBEN/96) foi um marco regulatório de grande importância na valorização da educação básica reiterando o direito por uma educação pública, democrática e de qualidade.

Após a identificação e classificação desses artigos, foi necessário categorizá-los com objetivo de realizar um levantamento quantitativo que possibilitasse reconhecimento sobre a caracterização destes. Para isso organizamos tabelas e gráficos que nos permitirão apresentar um levantamento sobre: níveis de escolaridade investigado; sujeitos da pesquisa; área de conhecimento pesquisadas; temáticas de pesquisa; escolhas e definições metodológicas e locais de realização das pesquisas.

A partir do levantamento realizado sobre os artigos que tratavam das temáticas – educação, escolaridade e educação infantil – identificamos que, ao longo dessas 4 décadas, 32 artigos que apresentavam conhecimentos científicos diversos. Entretanto percebemos um número significativo de artigos com ênfase no nível de ensino da educação infantil. Foi na década de 2000 que as publicações com estas temáticas aconteceram em número mais significativo (16 publicações), perfazendo um total de 50% dos artigos publicados ao longo dos 40 anos.

Importante ressaltar que a LDBEN/96 demarcou um novo momento da educação nacional com importantes repercussões na organização do sistema educacional. Anterior a essa legislação, as creches e as pré-escolas não eram consideradas como uma modalidade de ensino com legislação que regulava essa faixa etária de atendimento. As creches ficavam sob

⁴ LDBEN/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada em 1996.

a responsabilidade dos órgãos ligados ao bem-estar social e as pré-escolas não tinham uma definição legal clara tanto no campo do currículo quanto no campo dos profissionais que atuavam nessa modalidade de ensino (DALRI, 2007). A autora destaca:

Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores, como objeto de tutela. Era oferecida como um serviço de assistência social as crianças de zero a três anos com ênfase na função de guarda, enquanto para as crianças de 4 a 6 anos, centrava-se o objetivo de preparação para a alfabetização [...]. A partir da LDB 9.394/96 a educação infantil e a formação dos profissionais passam a ser pensadas no âmbito da educação básica (DALRI, 2007, p. 18)

É possível inferirmos que esse período possibilitou uma grande produção científica em razão do marco regulatório educacional já mencionado, a Lei 9394/96. Haja visto o volume significativo de artigos que encontramos na Oikos tratando das especificidades do atendimento à criança na educação infantil, bem como de assuntos que tangenciam temas que incluem essa modalidade de ensino.

Tal fato vai ao encontro da novidade apresentada na LDBEN/96 que foi reconhecer a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Essa inovação na educação nacional deu força para que a educação infantil passasse a ser considerada tão importante quanto as demais modalidades de ensino e proporcionou maior interesse de pesquisadores e pesquisadoras na busca de aprofundamentos teóricos sobre a educação infantil, principalmente nas discussões dos fazeres pedagógicos e saberes teóricos dessa etapa de ensino.

Importante reiterar que as décadas de 2000 e 2010 foram marcadas por documentos regulatórios que proporcionaram a consolidação da concepção de educação e educação infantil no âmbito da legislação educacional. Destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil por meio da Resolução CNE/CEB nº 5/2009 e as Resoluções que regulam sobre a formação de professores no âmbito das licenciaturas dentre outros documentos normativos e orientadores que propõem sobre o atendimento escolar na educação básica, sobre propostas pedagógicas e direitos das crianças e sobre a docência.

Ressaltamos que na década de 2010 encontramos o segundo maior número de publicações nesta Revista num total de 7 artigos (21,8%) com temáticas agregando as mesmas características da década anterior. Portanto, somando as décadas de 2000 e 2010 encontramos 71,8% dos artigos publicados, ao longo de 40 anos.

Isto revela que o maior número de artigos publicados que elegeram as temáticas relacionadas à educação, escolaridade e educação infantil ocorreram nos anos de 2000 a 2019. Justamente após a LDBEN/96 e os demais documentos legais que passaram a regular a educação e a educação infantil no País.

Para respondermos às questões apresentadas e aos objetivos propostos, este artigo foi organizado em sessões que discorrerão sobre o caminho metodológico incluindo a identificação dos artigos encontrados com seus respectivos autores e autoras, a categorização desses artigos e apresentação das reflexões consideradas mais potentes diante das temáticas encontradas. Essa sessão de apresentação está organizada com os seguintes subtítulos: Olhares sobre as crianças, Olhares sobre as práticas educacionais na perspectiva das/dos profissionais da escola e Olhares educacionais que tangenciam aspectos sobre escolaridade e relação família-escola.

Acreditamos que esse modelo teórico irá proporcionar aos leitores e às leitoras um conhecimento prévio sobre como a Revista Oikos tratou sobre essas temáticas ao longo desses 40 anos de edição.

PERCURSO METODOLÓGICO

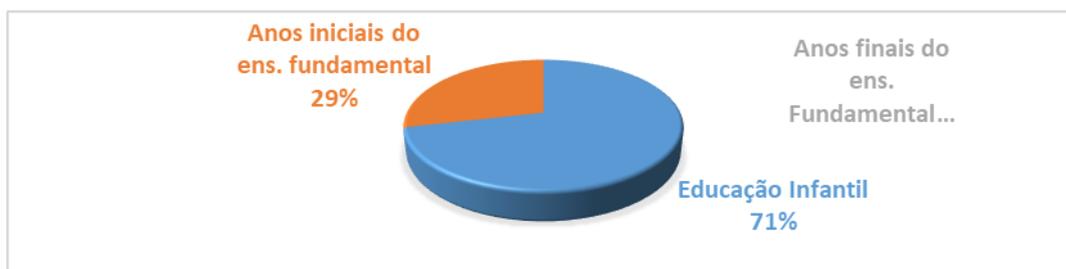
Para buscar os dados que serão apresentados neste artigo, realizamos uma pesquisa bibliográfica com objetivo de fazer um levantamento de todas as publicações que discutiam sobre o tema – educação, escolaridade e educação infantil – publicados na Oikos no interstício de 1981 a 2021.

Para fazer essa “garimpagem” foi necessário fazermos a leitura de todos os resumos a fim de conhecer os objetivos do trabalho publicado. Antes disso, buscamos identificar as temáticas a partir das palavras-chaves. Não obtivemos sucesso, pois alguns artigos que usavam algumas dessas 3 palavras-chaves não tinham como objetivo principal discutir essa temática e outros que não usavam nenhuma dessas palavras-chaves apresentavam em sua ideia principal a discussão sobre um desses três temas.

Após a etapa de seleção dos artigos, foi necessária uma leitura flutuante para conhecermos o enfoque das discussões que integravam essas temáticas. A partir disso organizamos os artigos encontrados em categorias: pesquisas sobre envolvimento da família, sobre gênero, sobre docência, dentre outras.

Com a intenção de caracterizar e categorizar os artigos ao longo desses 40 anos, encontramos dados significativos sobre: os níveis de escolaridade, os sujeitos investigados, a classificação de área temática dos artigos publicados e os temas de pesquisa antes e após a LDBEN/96. Estes dados estão registrados nas figuras 1, 2 e nos quadros 1, 2, 3 e 4.

Figura 01 – Níveis de escolaridade do público investigado antes da LDBEN/96



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 02 – Níveis de escolaridade do público investigado pós LDBEN/96



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Encontramos 32 artigos da Oikos que discutem o tema educação, escolaridade e educação infantil. Identificamos que os artigos encontrados pós LDBEN/96, compõem um total de 20 publicações que discutem sobre as especificidades da educação infantil. Portanto, a grande maioria dos artigos encontrados com esta temática debatem pesquisas realizadas na modalidade de ensino – educação infantil (figura 1 e 2).

Quadro 01 – Sujeitos investigados nos artigos com temática educação, escolaridade e educação infantil

Sujeitos/Público	Número de artigos Antes da LDBEN/96	Número de artigos Pós LDBEN/96
Criança	5	10
Famílias	1	5
Profissionais da educação	-	10
Instituições Educacionais	-	1
Outros	-	2

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O quadro 1 deixa explícito que a criança foi objeto de estudo em 15 publicações das 32 encontradas. Na sequência aparecem os profissionais da educação (10 artigos) e as famílias (6

artigos). Isto revela que independente das legislações que regulavam a educação, a criança e sua inserção na educação formal sempre foi objeto de estudo nos artigos publicados na Oikos.

Quadro 02 – Classificação de área temática dos artigos publicados na Oikos

Área Temática	Número de artigos Antes LDBEN/96	Número de artigos Pós LDBEN/96
Avaliação da criança	3	1
Alimentação e saúde	1	1
Relação Família-Escola	2	6
Pesquisa com crianças		6
Ludicidade/Brinquedos		2
Saberes profissionais/saberes docentes		3
Trabalho docente		5
Prática Pedagógica		1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Interessante perceber no quadro 2 que a área temática que mais apareceu nas publicações foi sobre a relação família – escola, e na sequência, sobre pesquisa com crianças, e trabalho docente. Outro fato a destacar é que anterior a LDBEN/96 não aparece como área temática discussões sobre: Pesquisa com crianças; Ludicidade/Brinquedos; Saberes profissionais/saberes docentes; Trabalho docente e Prática Pedagógica. É possível inferir que a preocupação científica já correlacionava a educação das crianças pequenas com temáticas que contribuem para a formação integral da criança e suas relações com a sociedade.

Quadro 03 – Temas de pesquisa encontrados nos artigos publicados na Oikos

Temas de Pesquisas	Número de artigos Pré LDBEN/96	Número de artigos Pós LDBEN/96
1. Rendimento escolar	3	
2. Avaliação nutricional	1	
3. Análise dos serviços educacionais	1	
4. Literatura Infantil	1	3
5. Estudos de gênero		3
6. Ambiente escolar/ cotidiano escolar		3
7. Participação da família na escola		4
8. Trabalho docente		4
9. Linguagem matemática		2
10. Educação inclusive		2
11. Lúdico		1

12. Aspectos do desenvolvimento da criança		1
13. Vestuário/uniformização		1
14. Alimentação		1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Corroborando com os dados encontrados no quadro 2, o quadro 3 reitera o maior volume de artigos que tem como temas de pesquisa a participação da família na escola, trabalho docente e literatura infantil. Fica demarcado também que antes da LDBEN/96 os temas de pesquisa estavam concentrados em aspectos sobre avaliação do serviço prestados com preocupação em dimensionar esses serviços numa perspectiva mais quantitativa. Os que se encontram no pós LDBEN/96 apresentam pesquisas que buscam discutir qualitativamente as ações que contribuem para a promoção da criança enquanto sujeito de direitos.

Prosseguindo com o propósito de categorizar os artigos identificamos a diversidade de tratamentos metodológicos utilizados. Para melhor visualização dos percursos metodológicos, o quadro 4 apresentará informações sobre abordagem de pesquisa, tipo de pesquisa, tipo de análise dos dados e instrumentos utilizados para produção dos dados, tendo como marco legal a LDBEN/96.

Quadro 04 – Percursos metodológicos encontrados nos artigos publicados na Oikos

Anterior a LDBEN/96							
Abordagem de pesquisa	Qde	Tipo de pesquisa	Qde	Tipo de Análise	Qde	Instrumentos	Qde
Quantitativa	6			Análise estatística	6	Testes padronizados	3
						Instrumentos de medição - pesagem	1
						Formulários	2
Pós LDBEN/96							
Abordagem de pesquisa	Qde	Tipo de pesquisa	Qde	Tipo de Análise	Qde	Instrumentos	Qde
Quantitativa	3	Pesquisa bibliográfica	3	Análise estatística	5	Questionário	5
Qualitativa	18	Pesquisa por amostragem	2	Análise qualitativa	2	Observação direta	7
Quanti-qualitativa	2	Estudo de caso	5	Análise de conteúdo	4	Entrevista	5
		Pesquisa descritiva e	1	Avaliação antropométrica	1	Entrevista semiestruturada	9

		investigativa					
		Revisão integrativa de literature	1	Análise de correlação	1	Filmagens	2
				Análise interpretativa	2	Formulários	2
				Análise por diagrama de Pareto	1	Software	2
				Crterios de ação e representação	1	Observação participante	2
				Análise descritiva	1	Desenhos/jogos	1
						Cardápios alimentares	1
						Fotografias	1
						Recursos para contação de histórias	2
						Plataforma Scielo	1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outro fato interessante de ressaltar após essa categorização é que a maior parte dos artigos publicados são advindos de pesquisas realizadas no Estado de Minas Gerais (19 artigos) e na sequência São Paulo e Rio de Janeiro (4 artigos cada), Pernambuco e Ceará (2 artigos cada). Do total de artigos publicados, 2 são sobre pesquisas realizadas em Portugal (Lisboa e Braga). Importante mencionar que 1 dos artigos publicados refere-se a uma pesquisa realizada nos estados de Ceará, Minas Gerais e Fortaleza.

Outro dado importante sobre o percurso metodológico foi a identificação das instituições escolares onde as pesquisas foram realizadas. Do total das pesquisas, 18 foram realizadas em instituições que atendiam exclusivamente a modalidade da educação infantil; 7 foram desenvolvidas em instituições que atendiam a modalidade da educação infantil e ensino fundamental e apenas 4 foram desenvolvidas em instituições que atendiam apenas a modalidade do ensino fundamental.

Isso demarca que a recorrência dos estudos com crianças da educação infantil é bastante significativa nas publicações desta Revista. É possível afirmar isso, posto que 18 pesquisas foram desenvolvidas somente em escolas de educação infantil. Além disso, das 7 escolas que atendiam educação infantil e ensino fundamental, em apenas 2 dessas escolas as crianças de 0 a 6 anos não participaram como sujeitos da pesquisa.

INCURSÕES TEÓRICAS

Ao tratarmos de conceitos que permeiam o significado de educação e escolaridade faz-se necessário considerar a intervenção de aspectos socioculturais específicos de cada País. Estes aspectos socioculturais estão diretamente relacionados aos direitos legais conquistados ao longo dos anos. No Brasil essas conquistas de direitos foram atravessadas pela realidade da colonização, especialmente porque essa colonização veio acompanhada da escravatura e por isso foi muito mais lenta e imbuída das imensas desigualdades sociais que até hoje fazem parte da nossa história e constituição do ser brasileiro e brasileira (NEVES, 2004).

Os avanços educacionais no Brasil, retratado por Cury (2003) é permeado por um período, após sua independência, em que foi negada aos negros escravos, índios e mulheres o direito de uma educação formal, à época conhecida como educação primária. Hoje intitulada de educação básica. Tal proibição se deu, principalmente, em relação à etnia e ao gênero.

Cury (2003) destaca que somente em 1934 o Brasil passou a reconhecer o ensino fundamental como um direito. Entretanto, só a partir de 1967, o ensino fundamental, denominado de ensino primário à época, passou a ter 8 anos de escolarização obrigatória. Até esse período a obrigatoriedade de oferecer essa modalidade de ensino era de apenas quatro anos.

Importante mencionar que já na década de 80, quando iniciou a circulação da Revista Oikos (1981), grande parte da população brasileira ainda completava seu ciclo de escolarização em apenas 4 anos.

Um marco regulatório importante para iniciar essa mudança na concepção de escolarização do País foi a Constituição de 1988. Esta Constituição, por meio da Assembleia constituinte, presidida à época pelo Deputado Federal Ulysses Guimarães e o Presidente da República, José Sarney, ficou conhecida como a “Constituição Cidadã” por aglutinar neste documento inúmeras reivindicações da sociedade, fruto dos movimentos sociais da época. Dentre essas reivindicações destacamos um grande avanço no que diz respeito à questão educacional (MONTEIRO, GONZÁLEZ e GARCIA, 2011).

Foi nesta Constituição que o Estado passou a ter obrigatoriedade em atender as crianças maiores de sete anos, constituindo um marco importante na história da escolaridade obrigatória em nosso País. Foi também nesta Constituição que o atendimento em creches e pré-escolas, isto é, o atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade foi compreendida como um direito da criança e um dever do Estado. Mas o mesmo reconhecimento de obrigatoriedade definida para crianças maiores de 7 anos, não aconteceu com a faixa etária de 0 a 6 anos.

Não bastava só reconhecer que as crianças de 0 a 6 anos mereciam ter direito à educação e nem muito menos dizer que isto deveria ser um dever do Estado. Se fazia necessário regulamentar e regular esse direito para que as crianças de 0 a 6 anos também tivessem seu direito reconhecido e regulado na perspectiva de uma escolarização formal obrigatória.

Cabe ressaltar que na Revista Oikos, os primeiros artigos sobre o tema “educação, escolaridade e educação infantil” foram publicados só em 1983 e discutiam sobre a criança na creche e a pré-escola. Ano anterior à Constituição de 1988 onde, pela primeira vez, a educação de crianças de 0 a 6 anos passou a ser considerada como um direito da criança e um dever do Estado.

Os artigos intitulados “Efeitos da Pré-escola no rendimento escolar de crianças, em três cidades brasileiras” (Sá, 1983) e “Avaliação do estado nutricional de menores de ambos os sexos em Creche e Berçário da cidade de Piracicaba-SP – I. Inquérito Alimentar” (Salgado, Santos e Carvalho, 1983) apresentaram estudos com crianças. No entanto, somente esse segundo artigo integrava estudos investigativos realizados com crianças de até 6 anos. Ambos abordavam pesquisas com crianças de até 11 anos que frequentavam o ambiente escolar.

O estudo realizado por Sá (1983), embora sendo com crianças que frequentavam a “1ª e 2ª séries”, à época crianças de 7 e 8 anos, tinha como propósito investigar sobre o rendimento escolar de crianças que haviam frequentado a pré-escola em comparação com as que não haviam frequentado.

Percebe-se que a preocupação com estudos dessa temática se deu no período em que a pré-escola ainda não era considerada obrigatória como ensino formal. Mas já aparecia como uma problemática que necessitava de investigação científica. Nestes tempos, as famílias é quem decidiam por matricular ou não a criança na escola antes dos 7 anos de idade. Claro que não podemos negligenciar a situação socioeconômica de uma grande parte da população brasileira que impedia as famílias de matricular as crianças na pré-escola. Por não ser obrigatória, poucas instituições públicas ofereciam essa modalidade de ensino. A maioria era ofertada nas instituições privadas com fins lucrativos.

A publicação realizada por Salgado, Santos e Carvalho (1983)⁵, teve como intenção investigativa estudar sobre as condições nutricionais das crianças que frequentavam Creches e Berçários em estudo realizado com crianças de 3 meses a 11 anos. Percebe-se que o enfoque deste estudo está direcionado para uma análise nutricional. Ousamos inferir que tal estudo é

⁵ SALGADO, Jocelyn M.; et al. Avaliação do estado nutricional de menores de ambos os sexos em Creche e Berçário da cidade de Piracicaba-SP – I. Inquérito Alimentar. Oikos. Viçosa, v.3, n. 1, p. 25-29, 1983.

característico desta época, uma vez que a discussão acerca das Creches e Berçários eram de cunho assistencialista e, portanto, os estudos da época acabavam por circunscrever temas que enfatizavam o cuidado com alimentação e saúde das crianças revelando uma preocupação centrada no cuidado com o aspecto nutricional das crianças que eram atendidas em Creches.

Essa concepção assistencialista que se fez presente no atendimento às crianças que frequentavam Creches constitui uma história que demarca a concepção de educação do nosso País até o ano de 1996, quando um novo marco regulatório sobre a educação brasileira se faz presente. Haja vista a afirmativa de Peloso (2009) ao traçar o caminho histórico percorrido pela educação no Brasil:

Por um longo período da história a Educação Formal - a Escola - não se fez presente. A Educação acontecia de maneira informal, essa prática perdurou por muitos anos. O surgimento da instituição escolar é um fato que marca a mudança de estrutura e pensamento social [...] (PELOSO, 2009, p. 24).

Até o início da República pouco se fazia no Brasil em prol da educação da criança, em especial da criança de zero a seis anos de idade. Não havia uma legislação que as amparasse, nem ao menos alternativas de atendimento educacional. Com isso, alguns grupos privados de médicos, sanitaristas e associações de damas beneficentes procuraram desenvolver projetos de atendimento à criança pequena, que pouco contribuía para a diminuição dos problemas relacionados à infância, como: guarda; higiene e alimentação (PELOSO, 2009, p. 25).

Estas afirmativas reafirmam que a educação oferecida às crianças de 0 a 6 anos, em creches tinha como base filosófica o assistencialismo, pois constituíam-se como instituições que atendiam somente as crianças das classes populares. As creches desta época atuavam compensatoriamente, para sanar as faltas e as carências das famílias das classes populares (PELOSO, 2009).

Fatos históricos a partir de estudos realizados por Haddad (2006), Kramer (2006), dentre outros pesquisadores da educação e das políticas públicas, ratificam que a Creche, era uma unidade institucional organizada a partir de um pressuposto assistencialista e, portanto, médico-higienista destinada às crianças das camadas populares da sociedade, para suprir as necessidades que as famílias não conseguiam prover. Além disso, era um lugar de guarda, para que as mães “pobres” pudessem sair para trabalhar.

Já as pré-escolas ou “jardins de infância” eram destinados às crianças de famílias mais abastadas que tinham como principal objetivo preparar a criança para iniciar o período de escolarização formal, à época, sua entrada na 1ª série. Hoje denominada de 1º ano do ensino fundamental. A pré-escola tinha cunho educativo, escolarizante, preparatório para o ciclo escolar obrigatório seguinte, com objetivo de promover a aprendizagem da leitura e da escrita.

Outro marco importante na história foi o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovado como lei em 1990. Foi o ECA que inaugurou a defesa da criança e do adolescente fazendo emergir a necessidade de a sociedade garantir os direitos da criança e do adolescente. A partir do ECA, a criança e o adolescente foram considerados como sujeito de direitos, portanto, a família, o Estado e a sociedade têm a responsabilidade de agir para que esses direitos sejam respeitados. Faz-se necessário compreender:

A criança e o adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. As crianças e os adolescentes não conhecem todos os seus direitos e por isso não têm condições de exigir, então é muito importante que todos conheçam o ECA para que se possa conseguir uma sociedade mais justa para todos (VIVENDO A ADOLESCÊNCIA, 2021, p 1).

Alvim (2021), reitera que o ECA foi o documento regulatório legal que chancelou o direito da criança e do adolescente a, dentre importantes direitos, o direito a uma educação de qualidade e a garantia de acesso a creches e pré-escolas no País.

Entre 1991 e 1995 a Revista Oikos publicou 4 artigos que discutiam sobre a criança na Creche e na Pré-escola. São estudos que, corroborando com os preceitos do ECA, vão investigar a qualidade dos serviços prestados nestas instituições. O artigo intitulado “O Centro de Convivência Infantil “Ermilinda Ottoni de Souza Queiroz” – CCIN – Campus USP de Piracicaba: Avaliação dos Serviços Prestados pelo CCIN junto aos Usuários, pela Primeira Etapa” de Costa (1991) apresenta como objetivo analisar os serviços prestados por este centro. Demonstra a preocupação por discutir sobre a qualidade dos serviços oferecidos às crianças ouvindo familiares e funcionários da instituição.

Os demais artigos desse período, “Empréstimo e Leitura de livros de literatura infantil como fator do desenvolvimento e envolvimento familiar” (Fernandes e Barreto, 1991), “Avaliação da Prontidão para a Leitura e a Escrita das Crianças do Centro de Desenvolvimento Humano (CDH) da CBMM, Araxá, MG” (Fernandes, 1992) e “Avaliação do Potencial de Rendimento Escolar: caso das crianças que cursaram o pré-escolar no CDH-CBMM em relação às de outras escolas de Araxá-MG” (Nunes, Goicochea, Silva e Fialho, 1995) apresentaram preocupações com a qualidade do atendimento oferecido às crianças investigando a importância deste atendimento para o desenvolvimento da criança, em especial o desenvolvimento da leitura e da escrita. Os dois primeiros artigos buscam compreender o impacto desse serviço prestado discutindo sobre a importância da participação da família no processo de desenvolvimento da criança.

Embora dois dos três artigos citados tenham como pressuposto o envolvimento da família na escola, dois desses três abordam aspectos da aprendizagem da leitura e da escrita das crianças advindas das experiências pré-escolares. Tais investigações estão inseridas num contexto social e histórico onde a preocupação educativa na pré-escola era a de preparação da criança para a alfabetização. Por isso era necessário saber se a qualidade dos serviços prestados atendia as demandas educativas e escolares da época.

Em se tratando das mudanças e transformações que foram ocorrendo no âmbito educacional, foi a LDBEN/96 que inaugurou o marco de maior importância para a Educação nacional, principalmente para a educação de crianças de 0 a 6 anos. Foi nesta lei que o direito já apresentado na Constituição de 1988 e no ECA 1990 foi regulado no sentido de se tornar considerada primeira etapa da educação básica e ser batizada com o termo Educação Infantil. Assim está redigido na Lei 9394/96:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Portanto, com a LDBEN/96 a educação das crianças de 0 a 6 anos passou a ser um direito universal e a concepção de Creche e Pré-escola se constitui com nova definição. A creche deixa de ser considerada um atendimento assistencialista às crianças pobres e a pré-escola perde a característica de educação escolarizante para crianças mais abastadas. Na LDBEN/96 a creche é caracterizada pelo atendimento às crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola para crianças de 4 e 5 anos. Ambas com a responsabilidade e a finalidade de integrar cuidado e educação. Contudo o cuidar e o educar devem ser indissociáveis.

Corroborando com a proposição de Alvim (2021), estabelecer a educação infantil como o atendimento às crianças de 0 a 5 anos integrado ao sistema de ensino, isto é, como primeira etapa da educação básica, promove a compreensão e definição sobre a necessidade de uma educação democrática, sem distinção de classes. “Assim, a educação torna-se primordial para todos e não apenas para os filhos dos pobres” (ALVIM, 2021, p. 50).

Dentre os avanços educacionais a partir da LDBEM/96, foi necessário que as pesquisas e as propostas pedagógicas para as crianças desta faixa etária sofressem significativas transformações. No entanto, Campos (2017) apresenta a seguinte reflexão:

Comparativamente a outros países e ao que aqui existia antes de 88, a principal inovação foi a inclusão da creche na educação e a definição da primeira etapa da educação básica como constituída por creche e pré-escola. A pré-escola, que já fazia

parte dos sistemas educacionais, também mudou de status nesse novo desenho, sendo reconhecida legalmente como parte da educação básica (CAMPOS, 2017, p. 2).

Investigar as práticas pedagógicas e produzir ciência sobre a indissociabilidade do cuidar e educar na Educação Infantil e sobre o desenvolvimento integral da criança nesta faixa etária se tornou uma necessidade. Afinal o objetivo da educação infantil (da creche e da pré-escola) passa a ser definido como: “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (LDB, 1996).

Assim como foi necessário transformar os serviços prestados na educação básica para atender aos novos objetivos educacionais, esse movimento também foi identificado nas publicações sobre esta temática na Revista Oikos, apresentada no quadro 5.

Quadro 05 – Identificação dos artigos por título e ano de publicação pós LDBEN/96

Ano	Artigos
1999	Participação da Família na Educação Escolar dos Filhos: o caso da cooperativa educacional de Viçosa - MG
2003	Número e Quantidade: ideias iniciais de crianças de 4 e 5 anos de idade
2004	Interação entre Família e Instituição de Educação Infantil: uma perspectiva dos profissionais que compõem a equipe técnica do Laboratório de Desenvolvimento Infantil – LDI/DED/UFV
2004	Construção do Número e Representação da Quantidade na Educação Infantil: uma abordagem piagetiana
2004	O Lúdico no Processo Ensino-Aprendizagem
2004	Desenvolvimento Físico e Intelectual do Pré-escolar: avaliação de alunos que frequentam o CAIC – Paulo Dacorso Filho, Seropédica, RJ
2004	Perfil dos Trabalhadores de Creches Públicas e suas Concepções Acerca da Instituição
2006	Diferenças e Semelhanças de Gênero nas Atividades Lúdicas em Escolas de Lisboa e do Rio de Janeiro
2006	As Representações Sociais das Mães sobre a Uniformização Escolar: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil
2006	O Programa de Empréstimo de livros do Laboratório de Desenvolvimento Humano da Universidade Federal de Viçosa: uma perspectiva familiar
2007	Análise do Trabalho das Educadoras de Criança: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil
2007	Brinquedos para Meninos e para Meninas: uma visão dos vendedores em lojas de brinquedos
2007	A Construção da Educação Inclusiva em Escolas Públicas do Município de Viçosa, MG

2007	Educação Inclusiva e Diversidade na Escola: concepções de professores e gestores de escolas públicas do município de Viçosa, MG
2008	Família e Instituição de Educação Infantil: a complexidade das relações
2008	Relação entre Prática Pedagógica e Espaço Escolar na Rede Pública de Educação Infantil em Viçosa-MG
2009	Relações de Gênero na Educação Infantil: uma análise a partir da atividade lúdica
2010	O Programa de Alimentação de uma Instituição de Educação Infantil: aspectos nutricionais
2010	Nos Olhares dos Alunos: múltiplos modos de ver o cotidiano escolar
2011	Letramento e Alfabetização na Educação Infantil: concepções e práticas de educadoras do pré-escolar de ouro preto-MG
2011	Contação de História e Estereótipos de Gênero na Percepção de Profissionais na Educação Infantil e Séries Iniciais: uma leitura de Malba Tahan
2017	Contribuições do Economista Doméstico para a Implantação da Roda de História Diária numa Instituição de Educação Infantil no Município de Horizonte
2018	Mudanças sociais, família e escola: impactos no desempenho escolar de um adolescente
2019	“Somos Todos Iguais, Temos Todos os Mesmos Direitos”: o que os alunos e outros sujeitos pensam sobre as ações sociais escolares (Braga, Portugal)
2020	Representações Sociais das Gestoras e Profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Recife-PE sobre a Qualidade da Educação
2021	A Relação Família e Escola no Processo Educativo: uma revisão integrativa

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com essa nova regulação da educação brasileira, a educação básica na modalidade da educação infantil toma nova forma. Dentro dessa nova perspectiva, a prática pedagógica amplia-se e a educação infantil passa a incorporar, de maneira integrada, as funções de cuidar e educar.

Arelada a essas contínuas mudanças, novas concepções sobre educação coletiva de crianças vêm sendo propostas e implementadas, buscando responder a esse processo social por meio de pesquisas e práticas sobre cuidado, desenvolvimento e educação de crianças em creches e pré-escolas (NEVES, 2004).

Diante da concepção da indissociabilidade do cuidar e do educar, fica evidente na necessidade de a criança ser compreendida integralmente, em seu contexto social, ambiental, cultural e, mais concretamente, no contexto das interações que estabelece com os adultos, as crianças, os espaços, as coisas e seres em sua volta, construindo sua identidade, seus

conhecimentos, sua percepção de mundo, sua moral, sem discriminação de classe, de raça e de gênero (CAMPOS, 1994; NEVES, 2004).

Pós LDBEN/96 novas leis que regulam a educação, e mais especificamente a educação infantil se fizeram necessárias. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação reafirmam e propõem ações que devem constituir as propostas pedagógicas e a organização do cotidiano das instituições de educação infantil que tenham como princípio básico a integração do cuidar e educar.

Educar significa não só propiciar o desenvolvimento físico-motor, social, cognitivo, afetivo e moral, mas também, proporcionar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens que proporcionam o conhecimento de mundo da criança em contexto social, histórico, geográfico e cultural. Além disso, propiciam experiências de ser e estar no mundo vivenciando situações que potencializaram suas relações e experimentações em âmbitos afetivos, corporais, emocionais, estéticos, éticos e artísticos (NEVES, 2004; BRASIL/RCNEI, 1998).

Por cuidar pode-se compreender como atos de assistir, apoiar ou facilitar modos de vida relacionados aos comportamentos e ações que envolvem conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, no sentido de favorecer as potencialidades das pessoas para manter ou melhorar sua condição humana no processo de viver.

O cuidado na esfera da educação infantil significa:

Compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL/RCNEI, 1998, p. 24).

As atitudes e procedimentos de cuidado são influenciados por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como alimentar-se, proteger-se etc. as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas, podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural (...) (BRASIL/RCNEI, 1998, p.24).

Considerando essa nova configuração legal podemos inferir que os artigos publicados na Revista Oikos no período de 1999 a 2021 dão luz aos estudos na modalidade da educação infantil investigando as especificidades do cuidar e educar nas diferentes dimensões que proporcionam uma educação de qualidade respeitando a criança enquanto sujeito de direitos independente de sua classe social e econômica.

OLHARES SOBRE AS CRIANÇAS: O QUE DIZEM OS ARTIGOS ENCONTRADOS

Olhares sobre as crianças, trata de reflexões realizadas por meio dos artigos encontrados que discutem a educação a partir do olhar que o pesquisador tem sobre a criança após investigá-las em seus modos de vida na sociedade. Nestas circunstâncias é possível compreender a criança em sua essência.

Considerando essa abordagem, identificamos artigos que discutem sobre as necessidades nutricionais das crianças e a importância de uma alimentação de qualidade e balanceada para seu pleno desenvolvimento, indicando como a qualidade da alimentação influencia também no processo de aprendizagem da criança. Essas discussões podem ser encontradas nas publicações de Salgado, et al. (1983)⁶ e Santos, et al (2010)⁷ que defendem a necessidade de as instituições escolares assumirem como um dos objetivos da indissociabilidade de cuidar e educar, a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Outro grupo de artigos discute sobre a importância das instituições de educação infantil na vida da criança. Mais especificamente investigando a contribuição da pré-escola para o desenvolvimento físico e cognitivo da criança, bem como para a compreensão da leitura e da escrita. Estas discussões encontram-se nas publicações de Sá (1983)⁸, Nunes, et al (1995)⁹ e Barreto (2004)¹⁰ que, mesmo em décadas diferentes, defendem a importância de instituições comprometidas com o desenvolvimento integral da criança.

Aprofundando nos estudos que defendem investigar as crianças para oferecer melhor qualidade de atendimento nas creches e pré-escolas, identificamos um grupo de artigos que vão discutir sobre a importância da literatura infantil na perspectiva de que os familiares têm papel importante no desenvolvimento do gosto pela leitura (Fernandes e Barreto, 1991¹¹;

⁶ SALGADO, Jocelim M.; et al. Avaliação do estado nutricional de menores de ambos os sexos em Creche e Berçário da cidade de Piracicaba-SP – I. Inquérito Alimentar. *Oikos*. Viçosa, v.3, n. 1, p. 25-29, 1983.

⁷ SANTOS, Eni M^a Batista; et al. O Programa de Alimentação de uma Instituição de Educação Infantil: aspectos nutricionais. *Oikos*. Viçosa, v.21, n. 2, p. 122-143, 2010.

⁸ SÁ, M^a Iracema de. Efeitos da Pré-escola no rendimento escolar de crianças, em três cidades brasileiras. *Oikos*. Viçosa, v.2, n. 2, p. 3-11, 1983.

⁹ NUNES, Alice A. S.; et al. Avaliação do Potencial de Rendimento Escolar: caso das crianças que cursaram o pré-escolar no CDH-CBMM em relação às de outras escolas de Araxá-MG. *Oikos*. Viçosa, v.9, n. 1, p. 58-68, 1995.

¹⁰ BARRETO, M^a Emília S.; et al. Desenvolvimento Físico e Intelectual do Pré-escolar: avaliação de alunos que frequentam o CAIC – Paulo Dacorso Filho, Seropédica, RJ. *Oikos*. Viçosa, v.15, n. 1, p. 07-19, 2004.

¹¹ FERNANDES, Myriam de O.; BARRETO, M^a de Lourdes M. Empréstimo e Leitura de livros de literatura infantil como fator do desenvolvimento e envolvimento familiar. *Oikos*. Viçosa, v.7, n. 1, p. 3-12, 1991.

Fernandes, 1992¹²) e também sobre a necessidade de a arte de contação de histórias estar presente no cotidiano das instituições escolares (LIMA e SILVA, 2017¹³).

A pesquisa com criança pressupõe um novo olhar do pesquisador para o “fazer pesquisa”, pois requer a construção de uma nova postura de pesquisa. A criança deixa de ser aquela que é o centro da preocupação do adulto para ser vista como aquela capaz de falar de si, seus sentimentos, sua visão e compreensão do mundo. Pereira e Macedo (2012) enfatizam:

Mais do que uma opção por ter crianças como interlocutoras no trabalho de campo, implica pensar os lugares de alteridade experimentados por adultos/pesquisadores e crianças ao longo de todo o processo de pesquisa [...]. Compreendemos que essa interlocução se faz presente ao longo de todo o processo de pesquisa, antes e depois do trabalho de campo [...]. É nessa arena de interlocução que situamos a singularidade da pesquisa com crianças, uma vez que dialogar com crianças e suas produções, ou assumir a infância como temática de estudo, funda uma realidade em que a experiência da pesquisa é necessariamente diferente daquela que poderia ser vivida no diálogo com outros interlocutores, temas ou contextos (PEREIRA; MACEDO, 2012, P. 63).

Esta singularidade da pesquisa com crianças pode ser encontrada nas investigações de Barreto (2003¹⁴ e 2004¹⁵), Freitas (2010¹⁶ e 2019¹⁷), Souza (2006)¹⁸ e Castro, et al (2009)¹⁹ onde quem protagoniza a investigação são as crianças. A elas é oferecido o direito de fala e de serem ouvidas na essência de suas singularidades. Estas pesquisas colocam as crianças em lugar de fala sobre temas que perpassam por conhecimentos iniciais sobre número e quantidade; pelos modos como as crianças veem a escola e os serviços que recebem e como se posicionam em relação às brincadeiras de faz de conta e de jogos tradicionais na perspectiva de gênero observando diferenças e semelhanças.

¹² FERNANDES, Myriam de O. Avaliação da Prontidão para a Leitura e a Escrita das Crianças do Centro de Desenvolvimento Humano (CDH) da CBMM, Araxá, MG. *Oikos*. Viçosa, v.7, n. 2, p. 9-17, 1992.

¹³ LIMA, Antonia Emanuela O. de; SILVA, Marta L. da. Contribuições do Economista Doméstico para a Implantação da Roda de História Diária numa Instituição de Educação Infantil no Município de Horizonte. *Oikos*. Viçosa, v.28, n. 1, p. 43-60, 2017.

¹⁴ BARRETO, M^a de Lourdes Mattos. Número e Quantidade: ideias iniciais de crianças de 4 e 5 anos de idade. *Oikos*. Viçosa, v.14, n. 2, p. 7-29, 2003.

¹⁵ BARRETO, M^a de Lourdes Mattos. Construção do Número e Representação da Quantidade na Educação Infantil: uma abordagem piagetiana. *Oikos*. Viçosa, v.15, n. 2, p. 7-33, 2004.

¹⁶ FREITAS, Patrícia Oliveira de. Nos Olhares dos Alunos: múltiplos modos de ver o cotidiano escolar. *Oikos*. Viçosa, v.21, n. 2, p. 31-52, 2010.

¹⁷ FREITAS, Patrícia Oliveira de. “Somos Todos Iguais, Temos Todos os Mesmos Direitos”: o que os alunos e outros sujeitos pensam sobre as ações sociais escolares (Braga, Portugal). *Oikos*. Viçosa, v.30, n. 2, p. 190-210, 2019.

¹⁸ SOUZA, Gisele M^a Costa. Diferenças e Semelhanças de Gênero nas Atividades Lúdicas em Escolas de Lisboa e do Rio de Janeiro. *Oikos*. Viçosa, v.17, n. 3, p. 139-161, 2006.

¹⁹ CASTRO, Ana Paula Pereira de; et al. Relações de Gênero na Educação Infantil: uma análise a partir da atividade lúdica. *Oikos*. Viçosa, v.20, n. 2, p. 71-93, 2009.

OLHARES SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DAS/DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA: COMO OS ARTIGOS DISCUTEM ESSAS PRÁTICAS?

Discutir sobre a educação na contemporaneidade implica integrar novos olhares sobre os saberes e fazeres dos profissionais que atuam na escola. Tal discussão se tornou mais recorrente a partir de novos marcos legais que passaram a regular sobre a formação dos profissionais que atuam na educação básica. É importante mencionarmos que a grande conquista nesta área foi a definição de que os professores da educação básica devem ter uma formação específica em nível superior. Mas, independentemente do cargo e da função exercida pelos profissionais que atuam na educação, pesquisadores da área defendem a necessidade de ouvi-los sobre como compreendem seu fazer profissional e quais conceitos sobre esse fazer vem sendo construído ao longo das experiências vivenciadas em complementação aos saberes construídos na formação inicial e continuada.

As pesquisas publicadas na Oikos que revelam sobre esta escuta dos profissionais da escola discutem temas relativos às representações destes profissionais sobre a participação da família na escola debatendo como os profissionais percebem as ações institucionais que propõem a participação da família na escola como é o caso da discussão apresentada por NEVES, et al (2004)²⁰. A mesma intenção é percebida na publicação de Saraiva, et al (2004)²¹, entretanto, o interesse é saber como eles percebem o papel social da instituição na vida das crianças. Nesta linha de análise citamos também o artigo de Alexandre, et al (2007)²² que tem a intenção de saber dos profissionais da instituição como analisam a sua qualidade de vida no trabalho.

Ainda buscando compreender as representações das profissionais podemos ressaltar o artigo de Lima, et al (2020)²³ que intencionam conhecer como as profissionais que atuam na educação infantil avaliam a qualidade dos serviços prestados por elas na instituição. Outra publicação que também propõe sobre a necessidade e a importância de dar lugar a fala e reflexões aos profissionais da escola é na pesquisa de Carvalho e Silva (2008)²⁴ que discutem

²⁰ NEVES, Naise Valéria Guimarães; et al. Interação entre Família e Instituição de Educação Infantil: uma perspectiva dos profissionais que compõem a equipe técnica do Laboratório de Desenvolvimento Infantil – LDI/DED/UFV. Oikos. Viçosa, v.15, n. 2, p. 35-56, 2004.

²¹ SARAIVA, Joseana M^a; SANTO, Antonio Carlos G. do E. Perfil dos Trabalhadores de Creches Públicas e suas Concepções Acerca da Instituição. Oikos. Viçosa, v.15, n. 2, p. 43-59, 2004.

²² ALEXANDRE, Adla A.; et al. Análise do Trabalho das Educadoras de Criança: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil. Oikos. Viçosa, v.18, n. 3, p. 241-267, 2007.

²³ LIMA, Wanessa M^a de; et al. Representações Sociais das Gestoras e Profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Recife-PE sobre a Qualidade da Educação. Oikos. Viçosa, v.31, n. 2, p. 383-405, 2020.

²⁴ CARVALHO, Aline W. B. de; SILVA, Natália P. da. Relação entre Prática Pedagógica e Espaço Escolar na Rede Pública de Educação Infantil em Viçosa-MG. Oikos. Viçosa, v.19, n. 1, p. 122-143, 2008.

sobre a importância de os profissionais analisarem os espaços escolares em relação à prática pedagógica. Neste estudo foi possível conhecer quais os problemas relacionados à organização dos espaços físicos que as profissionais identificaram a partir das vivências de sua prática explicitando sobre os obstáculos encontrados no cotidiano da atividade docente.

Outra temática de grande importância que pressupõe a escuta dos profissionais das escolas é a discussão sobre educação inclusiva, inclusão escolar. Este tema vem se tornando extremamente emergente, pois, a inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar vem de regulamentações recentes, mas até os dias de hoje permeadas por práticas e reflexões bastante contraditórias. Os artigos de Braga, et al (2007a²⁵ e 2007b²⁶) tem como propósito ouvir dos profissionais das escolas como eles compreendem o projeto de inclusão e quais suas concepções sobre a educação inclusiva.

Os trabalhos apresentados por Silva e Rodrigues (2011)²⁷ e Castro e Souza (2011)²⁸ revelam a importância da escuta dos profissionais das instituições escolares para compreender como percebem e concebem as ações pedagógicas junto às crianças. Silva e Rodrigues (2011) buscam conhecer a concepção das educadoras sobre as práticas de alfabetização e letramento e sua importância na promoção do desenvolvimento e aprendizagem da criança. Já Castro e Souza (2011) desejam investigar sobre a importância da contação de histórias no cotidiano da educação básica. Para isso, além de proporcionarem a formação na arte de contar histórias junto às professoras, desejam saber como elas compreenderam essa arte e como refletem sobre esse fazer pedagógico tendo como princípio teórico a discussão de gênero. Afirmam as autoras:

Acredita-se na proposta desta pesquisa como alternativa para oferecer subsídio ao processo da construção de identidade e reflexão dos estereótipos de gênero sob a perspectiva de um grupo de professoras e, ainda, como ferramenta para o pensar das práticas pedagógicas e elaboração curricular (CASTRO; SOUZA, 2011, p. 90).

A reflexão crítica sobre a sua práxis possibilita aos profissionais da educação buscar ressignificar conhecimentos e agir sobre eles operando novos conceitos em diferentes contextos e situações do ambiente escolar. Assim é possível analisar a relação teoria/prática de

²⁵ BRAGA, Adriane F.; et al. A Construção da Educação Inclusiva em Escolas Públicas do Município de Viçosa, MG. Oikos. Viçosa, v.18, n. 3, p. 338-358, 2007.

²⁶ BRAGA, Adriane F.; et al. Educação Inclusiva e Diversidade na Escola: concepções de professores e gestores de escolas públicas do município de Viçosa, MG. Oikos. Viçosa, v.18, n. 3, p. 209-229, 2007.

²⁷ SILVA, Letícia Ap. de O.; RODRIGUES, Renata R. Letramento e Alfabetização na Educação Infantil: concepções e práticas de educadoras do pré-escolar de ouro preto-MG. Oikos. Viçosa, v.22, n. 1, p. 25-45, 2011.

²⁸ CASTRO, Alícia S. de; SOUZA, Gisele M^a C. Contação de História e Estereótipos de Gênero na Percepção de Profissionais na Educação Infantil e Séries Iniciais: uma leitura de Malba Tahan. Oikos. Viçosa, v.22, n. 2, p. 88-107, 2011.

forma clara e lúcida (FREIRE, 2021). Oportunizar aos professores/educadores explicitar suas representações sobre o saber-fazer e o compreender seu fazer é considerar que esses profissionais compreendam que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2021, p. 24)

OLHARES EDUCACIONAIS QUE TANGENCIAM ASPECTOS SOBRE ESCOLARIDADE E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: O QUE DISCUTEM ESSES ARTIGOS?

O século XXI representa a concretização de transformações significativas na área da educação, mais especificamente da educação básica. Segundo Imbernón (2011), esta nova proposta e definição de educação requer das instituições educativas superar definitivamente o enfoque funcionalista e burocratizante, aproximando-se do seu caráter mais relacional, mais dialógico e mais cultural-contextual. Afirma:

A instituição que educa deve deixar de ser “um lugar” exclusivo em que se aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo em todas as suas manifestações. Deve-se ensinar, por exemplo, a complexidade de ser cidadão e as diversas instâncias em que se materializa: democrática, social, solidária, igualitária, intercultural e ambiental (IMBERNÓN, 2011, p. 8).

Essa nova visão de educação deu lugar às ações da escola, intencionando promover uma articulação democrática com a comunidade que a constitui. Deu lugar também às pesquisas que discutem assuntos que tangenciam os aspectos específicos dos saberes e fazeres pedagógicos e são necessários à proposição de uma educação de qualidade. Temáticas como processo participativo das famílias na escola, relações de gênero, ludicidade, dentre outros contribuem para uma visão descentrada das reflexões sobre as necessidades e a organização das instituições educacionais.

As discussões de Rezende, et al (1999)²⁹, Neves, et al (2004)³⁰, Melo e Reis (2018)³¹, Nascimento, et al. (2021)³² e Lelis e Barreto (2006)³³ caminham na direção da defesa e

²⁹ REZENDE, Alexandra K. L. de; et al. Participação da Família na Educação Escolar dos Filhos: o caso da cooperativa educacional de Viçosa – MG. *Oikos*. Viçosa, v.12, n. 1, p. 67-81, 1999.

³⁰ NEVES, Naise Valéria G.; et al. Família e Instituição de Educação Infantil: a complexidade das relações. *Oikos*. Viçosa, v.19, n. 2, p. 124-146, 2008.

³¹ MELO, Talícia C. V. de; REIS, Lílian P. C. Mudanças sociais, família e escola: impactos no desempenho escolar de um adolescente. *Oikos*. Viçosa, v.29, n. 1, p. 5-22, 2018.

³² NASCIMENTO, Francisco Elionardo de M.; et al. A Relação Família e Escola no Processo Educativo: uma revisão integrativa. *Oikos*. Viçosa, v.32, n. 2, p. 1-24, 2021.

reflexão sobre a importância da participação da família no espaço (físico e humano) da escola. É sabido que a escola da atualidade necessita desta troca e parceria com as famílias das crianças que lá frequentam. Todos estes artigos têm como princípio básico a escuta e a compreensão de que a família e a escola são co-responsáveis por promover a indissociabilidade do cuidar e do educar e por isso exercem mutuamente papel importante para oportunizar o desenvolvimento integral das crianças. Neste contexto, reiteram que a parceria entre a escola e a família desempenham um papel indispensável no desenvolvimento histórico, cultural e formativo da criança para o exercício da cidadania.

Ainda na perspectiva de promover parceria entre a escola e a família, Silva et al (2006)³⁴ apresenta sua pesquisa sobre as representações das mães sobre a uniformização escolar objetivando compreender como elas percebem a importância e obrigatoriedade da uniformização. Importante ressaltar que essa forma de escuta e troca de ideias permite que as mães percebam muitos conceitos que tangenciam o uso do uniforme. Essa oportunidade de refletir e explicitar suas representações promove compreensão sobre a uniformização escolar e, conseqüentemente, a construção de novos conceitos sobre esse tema.

Outra forma de ouvir a famílias e promover o envolvimento das mesmas na instituição é retratada na pesquisa de Costa (1991)³⁵ que deseja saber das famílias como estas avaliam o desenvolvimento das crianças que frequentam a instituição. Com isso, a autora afirma: “os resultados mostraram que os pais acompanham o desenvolvimento dos filhos que frequentam o CCIN, principalmente o desenvolvimento cognitivo e as atividades de cantar e brincar” (COSTA, 1991, p. 39).

Nesta perspectiva de dar luz à discussões científicas que contribuem para o fazer dessa “nova escola”, encontramos as incursões teóricas de Coavilla e Coavilla (2004)³⁶ na defesa de que a escola necessita compreender a importância do lúdico e da atividade lúdica como elemento fundamental nas práticas pedagógicas proporcionando à criança oportunidade de conhecer e se relacionar com o mundo do conhecimento se apropriando de sua essência: criando, investigando, inventando, convivendo com as frustrações do ganhar, do perder, dos conflitos, etc.

³³ LELIS, Michelle G.; BARRETO, M^a de Lourdes M. O Programa de Empréstimo de livros do Laboratório de Desenvolvimento Humano da Universidade Federal de Viçosa: uma perspectiva familiar. *Oikos*. Viçosa, v.17, n. 3, p. 105-125, 2006.

³⁴ SILVA, Regina Célia P. da; et al. As Representações Sociais das Mães sobre a Uniformização Escolar: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil. *Oikos*. Viçosa, v.17, n. 3, p. 22-43, 2006.

³⁵ COSTA, Eneida Elisa M. O Centro de Convivência Infantil “Ermilinda Ottoni de Souza Queiroz” – CCIN – Campus USP de Piracicaba: Avaliação dos Serviços Prestados pelo CCIN junto aos Usuários, pela Primeira Etapa. *Oikos*. Viçosa, v.7, n. 1, p. 39-52, 1991.

³⁶ COAVILLA, Iolanda D.; COAVILLA, Franciele A. O Lúdico no Processo Ensino-Aprendizagem. *Oikos*. Viçosa, v.15, n. 2, p. 61-77, 2004.

Castro, et al (2007)³⁷ caminham na mesma direção, entretanto, a intenção é ampliar essa discussão adicionando a temática de gênero. Buscam conhecer junto as vendedoras de loja de brinquedos, como reproduzem a classificação de brinquedos que, em nossa cultura são “indicados para meninos” e os que são “indicados para meninas”. Desenvolve uma discussão teórica acerca da discussão gênero relacionando com as escolhas de brinquedos para as crianças, independentemente de serem utilizados na escola ou no espaço domiciliar. Concluem com esta pesquisa que se faz necessário “realizar uma reflexão sobre esses artefatos culturais, presentes na infância, pois muitos deles reproduzem uma visão estereotipada de sexo, gênero e classe, entre outros aspectos, o que contribui para manter a desigualdade na sociedade” (CASTRO, ET AL, 2007, p. 51)

REFLEXÕES FINAIS: O QUE DIZER?

Ao longo destas 4 décadas de circulação da revista Oikos ficou evidente que as pesquisas ali publicadas acompanharam as transformações ocorridas em nossa sociedade. No entanto, fica perceptível a responsabilidade pela circulação de investigações científicas com temáticas que registravam a complexidade das relações no âmbito da família e da sociedade que não eram consideradas de importância e valor econômico para a sociedade capitalista. Mas eram de grande relevância para o conhecimento sobre as “miudezas” da nossa sociedade que pouco se destacavam em âmbito nacional. Podemos inferir que as pesquisas que discutem a educação, a escolaridade e a educação infantil, nela publicadas, inauguraram discussões que se tornaram parte de movimentos políticos e sociais para tirar da invisibilidade a criança, a família e a escola de educação básica. Percebemos ao longo destas quatro décadas que as publicações com estas temáticas evidenciaram um compromisso político e social não só com a defesa da educação no País, mas também em defesa de uma educação pública, democrática e de qualidade. Por isso a importância da escuta de crianças, famílias e profissionais das escolas de educação básica.

Para finalizar, apresentamos uma lacuna em relação às publicações com esta temática, em pesquisas que discutem sobre aspectos que integram a educação e o cuidado dos bebês nas creches. Acreditamos na importância em dar visibilidade às pesquisas com esta temática, uma vez que os bebês também se constituem enquanto parte da nossa sociedade e necessitam que seus direitos sejam resguardados e defendidos. Só colocando os bebês em

³⁷ CASTRO, Ana Paula P. de; et al. Brinquedos para Meninos e para Meninas: uma visão dos vendedores em lojas de brinquedos. Oikos. Viçosa, v.18, n. 1, p. 51-70, 2007.

cena é que será possível conhecermos suas singularidades e, portanto, adentrarmos num universo ainda pouco conhecido onde possamos entender suas expressões, seus gestos, seus choros, seus movimentos, suas artes, suas relações com o outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. SEF/ DPE/COEDI. **Referenciais curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 1998. v. 1, p. 23 – 25.

ALVIM, Tamires Cristina dos Reis Carlos. **Tecendo Relações Sobre as Perspectivas de Poder e Cuidado**: o que dizem as professoras de uma creche conveniada do município de Juiz de Fora/MG. 2021. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994. p. 32 – 39.

CAMPOS, Maria Malta. **Balanco Analítico da Educação Infantil**: direitos em risco e consensos possíveis. In: 38.ª Reunião Nacional ANPEd. São Luís, 2017.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cad. Pesquisa**. [online]. Julho, 2002, n.116, p.245-262. Disponível em: < www.scielo.br/scielo>. Acessado em: 30 set. 2003.

DALRI, Jeane Carvalho et al. **Contribuições do curso de pedagogia para atuação com crianças de 0 a 3 anos**. Itajaí: Univale, 2007: Dissertação (Mestrado).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 67ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

HADDAD, Lenira. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, p. 519-546, 2006.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 797-818, 2006.

MONTEIRO, Rui Anderson Costa; GONZÁLEZ, Miguel León; GARCIA, Alessandro Barreta. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o porquê e seu contexto histórico. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 5, no. 2, p.82-95, nov. 2011. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 16 novembro 2021

NEVES, Naise Valéria Guimarães. **Instituição de educação infantil e família**: limites e possibilidades de um projeto participativo. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa: 2004.

PELOSO, Franciele Clara. Uma Perspectiva Histórica da Instituição de Atendimento à Criança Pequena no Brasil: contribuições dos movimentos sociais. **Teoria e Prática da Educação**, v. 12, n. 3, p. 279-287, 1 jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/13876/7176>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

PEREIRA, Rita Maria Ribes. Pesquisa com Crianças. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Resende. (Orgs.). **Infância em Pesquisa**. Rio de Janeiro: Nau, 2012, p. 59-86.